



31713856



08004.000845/2024-52



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia

## ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES - VERSÃO 02

NUP N.08004.000845/2024-52

OBJETO: Contratação de serviço de engenharia para o fornecimento e instalação de 2 (dois) equipamentos resfriadores de água (chiller) da marca TRANE na casa de máquinas do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública

### 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

#### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

1.1.1. O objeto da presente licitação constitui

( ) OBRA

( X ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

**Resposta CGAE:** Inicialmente, referenciamos o Artigo 6º da Lei nº 14.133/202, que trata dos conceitos e definições legais. O objeto dessa licitação trata-se de serviço de engenharia com fornecimento e instalação de equipamentos resfriadores de água (Chiller) da marca TRANE para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujo acompanhamento e supervisão deve ser realizado por profissional de arquitetura e engenharia, habilitado e registrado no respectivo conselho de classe.

#### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

1.2.1. O serviço de engenharia objeto da presente licitação é

( X ) COMUM

( ) ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

**Resposta CGAE** Para a classificação de serviço comum, é necessário considerar ao menos três características existentes:

1 – Disponibilidade do mercado próprio.

2 – Padronização.

3 – Desnecessidade de peculiaridade para satisfação da Administração.

Sendo assim, analisando cuidadosamente as características e a finalidade dos serviços a serem contratados, enquadrou-se o objeto como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, pois os serviços envolverão atividades que exigem conhecimentos disponíveis no mercado, com características padronizadas e normatizadas, utilizando tecnologia universal.

Na Lei nº 14.133/2021, o enquadramento de um bem ou serviço como “comum”, tem como parâmetro os seguintes conceitos jurídicos indeterminados vertidos no inciso XIII do art. 6º e no caput do art. 29: “padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital” e “especificações usuais no mercado”.

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

2.1. Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

( ) empreitada por preço unitário

( X ) empreitada por preço global

( ) empreitada integral

( ) contratação por tarefa

( ) contratação integrada

( ) contratação semi-integrada

( ) fornecimento e prestação de serviço associado

**Resposta CGAE:** Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Termo de Referência ( X ) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

A empreitada por preço global é aquela em que se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Em tese, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro (não poderá cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite). Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados (até certo limite).

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, pois foi possível definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual.

### **3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS/DOCUMENTOS TÉCNICOS P PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

3.1. No presente feito, o ( X ) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de

- ( X ) engenharia,
- ( ) arquitetura ou
- ( ) técnico industrial,

3.2. Com a emissão da:

- ( X ) ART,
- ( ) RRT ou
- ( ) TRT

### **4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**

4.1. Na presente licitação:

- ( X ) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;
- ( ) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

( ) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

4.2. No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

( X ) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(X ) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção):

(X ) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos):

( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)

## 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

5.1. No orçamento da presente obra ou serviço:

( X ) foi/foram juntadas a(s) ( ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( ) planilha(s) analítica(s)

( ) NÃO foi/foram juntadas a(s) ( ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( ) planilha(s) analítica(s).

5.2. O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

( X ) consta nos autos.

( ) NÃO consta nos autos.

5.3. Na presente licitação:

☒ (X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

☐ ( ) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

## 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

6.1. No orçamento de referência da presente licitação:

☐ ( ) foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

☒ (X) foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

☐ ( ) foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

## 7. CUSTOS DIRETOS

7.1. No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (x) compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

7.2. Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

☒ (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

☐ ( ) adota o parâmetro do ☐ ( ) 1º quartil ou ☒ (X) médio ou ☐ ( ) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

☐ ( ) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

7.3. Em relação ao cronograma físico-financeiro:

☒ (X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução

contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

( ) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

8.1. Na presente licitação:

( X ) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e ( X ) SERVIÇOS.

( ) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( ) INSUMOS e aos ( ) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1. Na presente licitação, serão adotados os custos de referência:

( ) DESONERADOS ou

(X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (preencher, se necessário, para outras considerações):

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

10.1. Na presente licitação, o detalhamento do BDI:

(X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

10.1.1. Administração central:

( ) 1º quartil ou

( X ) quartil médio ou

( ) 3º quartil:

10.1.1.1. **Resposta CGAE:** Optou-se pela aplicação do

quartil médio nos parâmetros de percentual de BDI.

10.1.1.2. Seguro e garantia:

☐ 1º quartil ou

☒ quartil médio ou

☐ 3º quartil:

10.1.1.2.1. **Resposta CGAE:** Optou-se pela aplicação do quartil médio nos parâmetros de percentual de BDI.

10.1.1.3. Risco:

☐ 1º quartil ou

☒ quartil médio ou

☐ 3º quartil:

10.1.1.3.2. **Resposta CGAE:** Optou-se pela aplicação do quartil médio nos parâmetros de percentual de BDI.

10.1.1.4. Despesa financeira:

☐ 1º quartil ou

☒ quartil médio ou

☐ 3º quartil:

10.1.1.4.3. **Resposta CGAE:** Optou-se pela aplicação do quartil médio nos parâmetros de percentual de BDI.

10.1.1.5. Lucro:

☐ 1º quartil ou

☒ quartil médio ou

☐ 3º quartil:

10.1.1.5.4. **Resposta CGAE:** Optou-se pela aplicação do quartil médio nos parâmetros de percentual de BDI.

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS EQUIPAMENTOS

11.1. Na presente licitação:

☒ SERÁ ou

☐ NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos

materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

11.1.1. **Resposta CGAE:** A CGAE optou por utilizar o BDI reduzido para o fornecimento dos equipamentos por se tratar de equipamentos de custos elevados.

11.2. Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

☒ (x) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

☐ ( ) foi adotado o parâmetro do ☐ ( ) 1º quartil ou ☐ ( ) médio ou ☐ ( ) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

☐ ( ) foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

12.1. O cronograma físico-financeiro:

☐ ( ) FOI juntado aos autos

☒ (X) NÃO foi juntado aos autos.

12.2. Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

☐ ( ) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

☒ (X) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

**Resposta CGAE:** O regime escolhido foi o de empreitada por preço global, bem como os serviços ocorrerão por demanda.

## 13. PROJETO EXECUTIVO

☐ ( ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao



objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(X ) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, ( ) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

#### 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

##### 14.1. Registro da empresa no conselho profissional

14.1.1. Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao:

( X ) CREA e/ou ao

( ) CAU e/ou ao

( ) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

14.1.1.1. **Resposta CGAE:** Essa exigência se fundamenta na necessidade de assegurar a habilitação técnica adequada, garantindo que os serviços sejam executados por profissionais qualificados e regulamentados, conforme as normas legais vigentes, e assegurando a integridade técnica e a segurança do empreendimento licitado.

##### 14.2. Capacidade técnico-operacional

14.2.1. Na presente licitação:

(X ) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

14.2.1.1. **Resposta CGAE** Conforme disposto no Capítulo 9 do Termo de Referência nº 12/2025 (31615345);

( ) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

##### 14.3. Possibilidade de somatório de atestados

14.3.1. Na presente licitação, será:

( X ) ACEITO ou

( ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

14.4. Capacidade técnico-profissional

14.4.1. Na presente licitação:

( ) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X ) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

**Resposta CGAE:** Para o Engenheiro Mecânico, conforme item 9.39.1. do Termo de Referência nº 12/2025 (31615345);

( ) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

14.4.2. Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

14.5. **Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico**

14.5.1. Na presente licitação

( ) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

15. **VISTORIA**

15.1. Na presente licitação, a realização de vistoria será:

( ) FACULTATIVA ou

(X ) OBRIGATÓRIA, e o licitante (X ) PODERÁ ou ( ) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

15.1.1. **Resposta CGAE:** Conforme disposto nos itens 4.41 a 4.43 do Termo de Referência nº 12/2025 (31615345);

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. O órgão assessorado:

( ) NÃO ADMITIU ou

( X ) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

16.1.1. **Resposta CGAE:** A subcontratação será admitida em serviços que precisam ser realizados pela fabricante do equipamento a ser adquirido.

## 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

17.1. Na presente licitação, será exigida a comprovação de:

( X ) CAPITAL MÍNIMO ou

( ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de ( ) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

18.1. Na presente licitação, será:

( ) PERMITIDA a participação de consórcios. (Não é necessário justificar)

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

18.1.1. **Resposta CGAE:** Trata-se da contratação de serviço comum, na qual o objeto é bastante habitual à participação de empresas que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. Logo, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame.

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

19.1. Na presente licitação, será ( X ) VEDADA ou ( ) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

19.1.1. **Resposta CGAE:** No que se refere à técnica de execução do objeto a ser contratado, não será admitida a participação de cooperativas, pois os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

## 20. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

20.1. Na presente licitação, será ( X ) EXIGIDA ou ( ) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

20.1.1. **Resposta CGAE:**Garantir que a execução contratual ocorra em sua inteireza e nos exatos termos em que fora pactuada, de modo que sejam cumpridas as condições, custos e prazos assumidos na assinatura do contrato.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Para a contratação em comento, estipula-se o percentual de 5,00% do valor total da contratação. Conforme disposto nos itens 4.25 a 4.40 do Termo de Referência nº 12/2025 (31615345);

## 21. **DA SUSTENTABILIDADE**

21.1. No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

( X ) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

( X ) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

( ) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

( ) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

21.1.1. **Resposta CGAE:** Foram definidos os critérios de sustentabilidade conforme é possível visualizar no item 4.1 e seus subitens Termo de Referência nº 12/2025 (31615345);

Brasília, na data da assinatura.

IRIS CUMMING AMICUCCI SANTOS

Presidente

Portaria Designação Equipe Plan. Cont. (14.133/21) 11 (30941611)

DANIELE RABELO SUCUPIRA BRAGA

Integrante Requisitante

Portaria Designação Equipe Plan. Cont. (14.133/21) 11 (30941611)



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA MARIA DA SILVEIRA GALVÃO RANSOLIM, Pregoeiro(a)**, em 21/05/2025, às 15:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31713856** e o código CRC **2545AD72**.  
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.